

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

NAYARA CRISTINE MÜLLER TOSATTI

**O RETRATO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NA
REVISTA VEJA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Florianópolis
2017

Nayara Cristine Müller Tosatti

**O RETRATO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NA
REVISTA VEJA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da Profa. Dra Roseli Zen Cerny e sob Co-orientação da M.^a em Educação Científica e Tecnológica Graziela Gomes Stein Teixeira.

Florianópolis (SC)
2017

Dedico este trabalho à minha família e, em especial, ao meu companheiro Raphael Carrieri de Souza pelo amor e incentivo de sempre.

AGRADECIMENTOS

Tenho o privilégio de ser cercada por pessoas muito especiais, pelas quais cultivo enorme admiração amor e que fizeram parte desse processo comigo, tornando ele possível.

Agradeço muito especialmente ao amor da vida, a pessoa linda de viver, Raphael Carrieri de Souza, meu namorado, companheiro, parceiro, por quem tenho profunda admiração e amor, GRATIDÃO! Desde meu ingresso na universidade, até o momento de entrega da versão final deste trabalho, foi quem esteve comigo de todas as formas, me impulsionando e me incentivando sempre. Muito obrigada por acreditar tanto em mim. Gratidão por tudo, Rapha!

Agradeço à minha orientadora, Roseli Zen Cerny, por ter possibilitado há três anos minha iniciação no campo da pesquisa e por acreditar no meu trabalho, sempre. Minhas vivências na academia mudaram qualitativamente por conta dessa experiência linda, muito obrigada profa. Rose!

Agradeço à minha coorientadora, Graziela Gomes Stein Teixeira que, também lá no início há três anos, chamou para entrevista no grupo de pesquisa, uma pessoa que estava morrendo de medo de tentar algo que nunca havia feito e, mesmo assim, você acreditou que era possível. Muito obrigada pelo carinho e amizade, Grazi!

Sentimento de muita gratidão à toda minha família, à minha mãe Rozani Terezinha Müller, agradeço o amor, a educação e a coragem de ter trabalhado muito e sozinha para que fosse possível que eu chegasse até a universidade.

Agradeço aos meus irmãos lindos que amo de paixão, Jonathan Müller e Larissa Müller Tosatti por fazerem de minha trajetória.

Agradeço muito à minha sogra, Sandra Carrieri de Souza, mais conhecida como Dona Sandra (quem sabe um dia eu pare de chamá-la assim), pelo carinho e acolhida de sempre, também por ter me ajudado a ingressar e permanecer na universidade.

Também agradeço a acolhida e carinho do meu sogro fofo, Dennis Viana de Souza e da minha cunhada, Marina Carrieri de Souza. Muito obrigada!

Agradeço Lionara Poletti, por ter compartilhado comigo os momentos de “sofrência” e também os momentos lindos durante esse processo. Muito obrigada pela amizade e carinho, Li! Desejo muitas realizações!

Agradeço também à minha querida amiga Márcia Coelho, pelo carinho, amizade e caronas com direito à conselhos e boas risadas durante todo esse processo. Muito obrigada!

Agradeço à amizade das mulheres lindas com quem compartilhei essa trajetória; Ana Ludwig, Soraia Zapata, Juanna dos Passos Sagáz e Tainara dos Santos. Desejo tudo de melhor na vida! Muito obrigada!

Agradeço pela amizade de Taíse Ceolin, linda de viver e do meu grande, grande mesmo, amigo Leonardo Victor Marcelino. Gratidão!

Agradeço à minha banca linda, Zenilde Durli e Edna Araújo dos Santos de Oliveira por terem aceitado o convite e pelas contribuições ao meu trabalho.

Agradeço à Carla Cristina Búrigo que, assim como Rose e a Grazi, também possibilitou uma linda experiência na academia. Muito obrigada, profa. Carla! Agradeço às professoras e professores do curso de Pedagogia da UFSC que contribuíram com minha formação. Muito obrigada!

GRATIDÃO!! Sem vocês, essa experiência linda não seria possível!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso objetiva, a partir de um estudo de natureza qualitativa, com base na análise textual discursiva (ATD), compreender como a revista veja retratou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na busca por alcançar o objetivo geral, realizamos um levantamento das produções acadêmicas e artigos científicos sobre a Base Nacional Comum Curricular no período de 2014 a 2016, e a construção do corpus da pesquisa que se deu a partir de um recorte das notícias publicadas pela Revista no período de 2014 a 2016 que nos apontaram para ideia de que a BNCC é mais uma tentativa de homogeneizar, de controlar o currículo. A partir das análises, foi possível perceber que o retrato da BNCC Revista Veja, vai de encontro com essa perspectiva, retratando a BNCC como sendo um Currículo neutro, onde não há interesses de nenhuma dimensão, um produto passível de ser aplicado pelos professores e uma estratégia para medir os processos de aprendizagem. Temos a clareza de que o retrato da BNCC na Revista Veja não é desinteressado, mas sim faz parte de um contexto maior que se constitui de crença e interesses que estão ligados a questões políticas, econômicas e sociais que respondem a um determinado projeto de sociedade que se pretende manter.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Currículo. Revista Veja.

ABSTRACT

This work of objective completion, based on a qualitative study, based on the textual analysis of the discursive (ATD), understand how the magazine see portrayed the National Curricular Common Base (BNCC). In the quest to achieve the general objective, we conducted a survey of academic productions and scientific articles on the National Curricular Common Base in the period from 2014 to 2016, and the construction of the corpus of the research that took place from a cut of the news published by the Journal In the period from 2014 to 2016 that pointed us to the idea that the BNCC is yet another attempt to homogenize, to control the curriculum. From the analysis, it was possible to perceive that the portrait of the BNCC Revista Veja, meets this perspective, portraying the BNCC as a neutral curriculum, where there are no interests of any dimension, a product that can be applied by teachers and a Strategy to measure learning processes. We have the clarity that BNCC's portrait in Veja Magazine is not disinterested, but it is part of a larger context that consists of beliefs and interests that are linked to political, economic and social issues that respond to a particular project of society that If you want to keep.

Keywords: National Common Curricular Base. Curriculum. Veja magazine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Notícia sobre a BNCC publicada online pela Revista Veja.	39
---	----

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Relação de trabalhos selecionados na Revista SciELO.	17
Quadro 2 - Relação dos artigos selecionados na Revista e-Curriculum.	18
Quadro 3 - Relação dos trabalhos selecionados nas Reuniões Regionais da ANPEd de 2016.	20
Quadro 4 - Trabalho encontrado na Reunião Nacional da ANPEd de 2015.....	21
Quadro 5 - Corpus da pesquisa.	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABdc - Associação Brasileira de Currículo
- ANER - Associação Nacional de Editores de Revistas
- ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
- ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- ATD - Análise Textual Discursiva
- BNCC - Base Nacional Comum Curricular
- CED - Centro de Ciências da Educação
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- COMUNIC - Grupo de Pesquisa em Mídia-Educação e Comunicação Educacional
- CONARCFEE - Comissão Nacional pela Reformulação dos cursos de Formação dos Educadores
- EPEN - Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste
- GT - Grupo de trabalho
- ITINERA - Grupo de pesquisa em Currículo
- LANTEC - Laboratório de Novas Tecnologias
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases
- MEC - Ministério da Educação
- PNE - Plano Nacional de Educação
- SciELO - Scientific Electronic Library Online*
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O CURRÍCULO EM DISPUTA	14
3. DOS OBJETIVOS DA PESQUISA	16
4. LEVANTAMENTO SOBRE AS DISCUSSÕES	17
4.1. APROXIMAÇÃO COM OS AUTORES	21
4.2. A EDUCAÇÃO E O MODELO DE SOCIEDADE EM DISPUTA	22
4.3. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O DISTANCIAMENTO DOS CURRÍCULOS <i>PRATICADOS</i> <i>PENSADOS</i>	23
4.4. DO CURRÍCULO PENSADO E VIVIDO PELOS SUJEITOS DA ESCOLA À UMA BNCC: O QUE E QUEM SIGNIFICA UM CURRÍCULO?.....	28
5. ABORDAGEM METODOLÓGICA	36
5.1. CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	37
5.2. DO PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO	39
6. O RETRATO DA BNCC NA REVISTA VEJA	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo analisar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi retratada na Revista Veja, dentro de um recorte dos anos de 2014, 2015 e 2016, na busca por compreender como uma Revista que não tem sua especialidade voltada para educação ou para o currículo, mas que é a mais¹ vendida do país, abordou o tema. A ideia de retrato foi pensada para que, ao final deste trabalho, a partir das análises do *corpus* da pesquisa, possamos compreender os elementos que expressam como a BNCC foi representada na Revista Veja.

Como ponto de início, é pertinente resgatar e localizar brevemente o interesse por pesquisar na área de Currículo. Então, o interesse em pesquisar a partir da área de currículo se deu a partir de vivências em projetos de extensão e grupos de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina que abordavam o estudo sobre o tema. No projeto de pesquisa, intitulado: “Educação na cultura digital: uma proposta de construção coletiva”, coordenado pela profa. Roseli Zen Cerny, no Laboratório de Novas Tecnologias (LANTEC), no Centro de Ciências da Educação (CED), buscou, a partir de um Curso de formação de professores, proposto pelo MEC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, compreender por meio do princípio da gestão coletiva e da autoria compartilhada, o processo de concepção, desenvolvimento e de gestão do Curso. Concomitante a este projeto, a participação no grupo de pesquisa em Mídia-Educação e Comunicação Educacional (Comunic-UFSC) possibilitou conhecer diferentes autores e temas que também reforçaram a intenção por pesquisar currículo.

Em 2016 a participação no Grupo de pesquisa em Currículo - Itinera², coordenado pelo Professor Juares da Silva Thiesen e pela Professora Roseli Zen Cerny, que desenvolvem o projeto “Políticas curriculares para Educação Básica: implicações e impactos (no desenvolvimento do currículo escolar) nas redes públicas de ensino no

¹ Os dados são referentes a 2012. Disponível em <http://aner.org.br/>. A pesquisa na *Web* nos coloca frente a questões específicas de acesso e uso de dados. Em 2016 a ANER fez uma publicação, com acesso a um link, apontando que a Revista Veja era uma das mais vendidas no Brasil. Essa publicação foi retirada do site em 2017. Atualmente essa informação ainda consta no site, porém o link não dá mais acesso ao Ranking das revistas mais vendidas.

² O grupo de pesquisa, foi criado em novembro de 2011 vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Os pesquisadores (as) se ocupam dos estudos de currículo ainda que tangencialmente associados à outros objetos como é o caso dos trabalhos que se dedicam a pesquisar escola, infância, política educacional e tantos outros. O ITINERA surge, portanto, como um espaço próprio para discussão e produção sobre currículo. Disponível em: <http://itinera.ced.ufsc.br/o-grupo/>.

Estado de Santa Catarina (2016-2019)” vem contribuindo para ampliar a compreensão sobre a política Educacional e Curricular do Brasil.

A partir do contato com os grupos de pesquisa, o desejo por pesquisar currículo e a relação com as tecnologias começou a surgir e então com a construção da BNCC no país, esse desejo foi impulsionado. Então, levando em consideração esse histórico, o interesse de pesquisa voltou-se para compreender como um veículo midiático de circulação nacional abordou a Base Nacional Comum Curricular.

A mídia selecionada foi a Revista Veja que, segundo pesquisa da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) é a revista³ mais vendida do país, com circulação média de 1.072.222 e também por ser considerada por estudos como “(...) parcial e até tendenciosa, por expressar, em boa parte das vezes, a opinião de uma elite minoritária no país” (NERI, 2011). Também é de conhecimento que no Brasil a família Civita representa a Fundação Victor Civita que constitui o grupo de apoiadores da BNCC, e que também é dona do Grupo Abril (Editora Abril) da qual a Revista Veja faz parte.

³ Os dados são referentes a 2012 . Disponível em <http://aner.org.br/>. A pesquisa na *Web* nos coloca frente a questões específicas de acesso e uso de dados. Em 2016 a ANER fez uma publicação, com acesso a um link, apontando que a Revista Veja era uma das mais vendidas no Brasil. Essa publicação foi retirada do site em 2017. Atualmente essa informação ainda consta no site, porém o link não dá mais acesso ao Ranking das revistas mais vendidas.

2. O CURRÍCULO EM DISPUTA

As discussões em torno da BNCC iniciaram mais fortemente em 2014 com a publicação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, as discussões já vinham sendo feitas, desde a publicação da LDB de 1996 que apontava para a intenção de uma base nacional comum para formação de professores. Desde então, comissões, sujeitos da escola, associações, grupos de pesquisa voltados para o tema propõe-se a dialogar com o MEC no sentido de discutir sobre as possibilidades e a necessidade de uma BNCC. Vamos abordar um recorte das discussões sobre esse processo mais à frente, adiantando que, o mesmo já nos revela que esse campo é de tensões, de disputas e de exercício de poder.

Corroboramos que uma BNCC é mais uma tentativa de homogeneizar o currículo, de colocar a escola nos moldes conteudistas, voltadas à qualificação dos sujeitos, também uma via para facilitar a aplicação de avaliações em Larga Escala, possibilitando a entrada cada vez mais forte de associações e empresas privadas que vislumbram na Educação Pública um nicho lucrativo (FREITAS, 2014; MACEDO, 2016).

Compreendemos também que, há um movimento de “coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o mercado e o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para "consertar" a educação” (FREITAS, 2014, p.25). Sendo assim, uma BNCC transpõe para educação um projeto de sociedade que se quer, pois, o currículo não é neutro, nele são representadas as disputas que envolvem também concepções de sujeito, de sociedade e de educação. Uma Base que toma a educação enquanto produto, enquanto algo objetivo que pretende resultados, nos guiará para reprodução da sociedade vigente, sem questionamentos, sem espaços para alternativas.

Somado a esse contexto, já é de conhecimento que a mídia exerce forte papel na formação de opinião da população. As informações são lidas pelos sujeitos, exercendo influência sobre o posicionamento que se tem frente aos assuntos. Sendo assim, a mídia também representa uma forma de poder sobre a sociedade, extremamente significativo como, influenciar na formação das agendas públicas e governamentais e também atuar como "aparelhos ideológicos", com capacidade de organizar interesses (CAPELATO, 1998 apud FONSECA).

Coutinho (1994) acrescenta que as mídias agem a partir de "partidos políticos" ou de grupos específicos. Não nos damos conta muitas vezes dessas características, pois estão ocultas pelo discurso de que possibilitam a sociedade acesso à informação e isso nos oferece uma concepção de que o que é noticiado tem caráter neutro, ou seja, que não carrega interesses partidários, ideológicos (COUTINHO, 1994).

Nesse sentido, em se tratando de uma reestruturação curricular como é a proposta de uma Base Nacional Comum que levanta discussões polêmicas, é pertinente o questionamento: como uma revista que não é especializada em educação, abordou o tema da BNCC?

O estudo é pertinente, pois acesso a informação sobre o conteúdo que é de interesse de toda a população brasileira, como as discussões sobre a reformulação da educação como é uma BNCC, acontece também pela mídia e como esse conteúdo é abordado tem relação direta com o entendimento que é feito dele e, posteriormente, com o posicionamento que é assumido.

3. DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Considerando minhas inquietações com relação ao tema, busco enquanto objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso: compreender como a Revista veja abordou a BNCC.

Os objetivos específicos que dão suporte à pesquisa são:

- Realizar um levantamento das produções acadêmica e artigos científicos sobre a BNCC no período de 2014 a 2016;
- Identificar e analisar elementos que expressam as visões de currículo que a revista apresenta em suas publicações sobre a BNCC.

4. LEVANTAMENTO SOBRE AS DISCUSSÕES

Para compreender e ter uma dimensão dos estudos a partir da temática, realizamos um levantamento das produções acadêmicas pelo termo “Base Nacional Comum Curricular”. Optamos por delimitar enquanto espaços de busca o Portal de Teses e Dissertações da CAPES, os Anais Regionais e Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), as publicações da *SciELO - Scientific Electronic Library Online* e da Revista e-curriculum.

Nosso recorte temporal foi de 2014 a 2016 para conseguirmos compreender o início das discussões sobre a BNCC e seu desenvolver. Definimos como percurso metodológico para esse levantamento, uma busca orientada pelo termo, na primeira tentativa: “Base Nacional Comum Curricular na mídia”, nenhum resultado foi obtido. Tentamos então o termo: “Base Nacional Comum Curricular na Revista Veja”, do mesmo modo, nenhum resultado foi obtido. Após essas tentativas, optamos por procurar pelo Termo: “Base Nacional Comum Curricular”, na busca por compreender o objeto de pesquisa, então obtivemos resultados. A busca nos campos de pesquisa das páginas (ANPEd, *SciELO*, CAPES, e-curriculum) foi com o suporte de aspas antes e depois do termo para que as páginas direcionassem os resultados para o termo completo.

Na base de dados da *SciELO - Scientific Electronic Library Online*, a pesquisa pelo termo “Base Nacional Comum Curricular” em publicações da *SciELO* nos deu como resultado 8 publicações, dessas, 5 fugiam do tema e 3 delas trazendo o termo em seu Título ou resumo e se propondo a uma análise do contexto da BNCC. Quadro 1.

Quadro 1 - Relação de trabalhos selecionados na Revista *SciELO*.

Ano	Título	Autor
2014	Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola	Luiz Carlos de Freitas
2016	Entre a base nacional comum curricular e a avaliação: a substituição tecnológica no ensino fundamental	Raquel Goulart Barreto
2016	Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si	Elizabeth Macedo

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES pelo termo, “Base Nacional Comum Curricular”, encontramos 5 trabalhos, não selecionamos nenhum, pois 1 deles correspondia a uma análise de um currículo de um município e 3 trabalhos se

propunham a análise de uma área específica de conhecimento da BNCC e 1 deles tinha como foco o programa Pacto de Alfabetização na Idade Certa. Então reforçamos a ideia de que é uma amostra selecionada para esse estudo específico, não representa o todo das produções.

Pesquisamos pelo termo na ferramenta de busca de conteúdo da Revista e-curriculum e obtivemos 23 trabalhos. Desses, 9 trabalhos foram selecionados, pois abordam o termo em seu título ou em seu resumo e contribuem com uma análise a partir das discussões sobre a BNCC. Os resultados foram encontrados em dois volumes da e-curriculum. A Revista montou uma edição especial em 2014 (volume 12, nº3), em parceria com a Associação Brasileira de Currículo (ABdc), intitulada “Debates em torno da Ideia de Bases Curriculares Nacionais”, como forma de contribuir para o debate que o MEC convocou sobre a BNCC, dessa edição, 6 de 10 trabalhos foram selecionados por abordarem em seu título ou resumo o termo. Em 2016, outra edição da Revista (volume 14, nº4), intitulada “Aqui Já tem Currículo: Produções e Experiências Educativas pelo Direito à Diferença e à Justiça Social e Cognitiva”, 1 trabalho foi selecionados, pois se propunha a uma análise da BNCC. Na edição de volume 13 de 2015, “Dossiê ABdC: Formação Docente frente às políticas no cenário de centralização curricular”, foi encontrado e selecionado 1 trabalho que faz um histórico de construção na BNCC. Quadro 2.

Quadro 2 - Relação dos artigos selecionados na Revista e-Curriculum.

Ano	Título	Autor
2014	Sobre A Possibilidade E A Necessidade Curricular De Uma Base Nacional Comum.	Nilda Alves
2014	As (Im) Possibilidades de uma Base Comum Nacional.	Maria Luiza Sussekind
2014	Base Nacional Curricular Comum: novas formas de Sociabilidade produzindo sentidos para Educação.	Elizabeth Macedo
2014	Heterogeneidade, Experiência e Currículo: Contrapontos à ideia de Base Comum Nacional e à vontade de Exterodeterminação da Formação.	Roberto Sidnei Macedo; Claudio Orlando Do Nascimento; Denise De Moura Guerra
2014	Base Comum Nacional: uma discussão para além do Currículo.	Maria de Fátima Cóssio
2014	Base Nacional Comum, Escola, Professor.	Roseli Belmonte Machado, Kamila Lockmann

Continuação **Quadro 2** – Relação dos artigos selecionados na Revista e-Curriculum.

2015	“Guarda Isso porque não cai na provinha”: pensando processos de centralização curricular, sentidos de comum e formação docente.	Alexandra Garcia, Helena Fontoura
2016	Sobre Base e Bases Curriculares, Nacionais, Comuns: De Que Currículo Estamos Falando?	Kátia Silva Cunha, Janini Paula da Silva

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa nos Anais das Reuniões Científicas da ANPED foi bastante desafiadora, pois exigiram pensar caminhos de pesquisa para os diferentes eventos. O site central da ANPED possui um campo para pesquisa geral no site, porém o mesmo não direciona aos anais dos eventos regionais ou nacionais, mas sim as notícias e documentos oficiais publicados pela ANPED. Nesse espaço do site, resgatamos um Ofício nº 01/2015/GR que foi encaminhado à Conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE) profa. Dra. Márcia Ângela Aguiar pela ANPED, juntamente com a Associação Brasileira de Currículo (ABdc), que marca uma posição contrária da ANPED e da ABdc por meio da exposição de 9 motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Desse modo, o caminho que percorremos para busca dos Anais foi de primeiro procurar por trabalhos nas 5 reuniões regionais do ano de 2016 que estavam disponíveis no site central. Como os eventos da ANPED se organizam por grupos de trabalho (GT), nossa pesquisa foi guiada pelo GT de Currículo, pois é o foco de pesquisa deste trabalho. Foi possível encontrar artigos que continham o termo em 3 reuniões regionais. Sendo assim, foi preciso abrir a página de cada evento e procurar pelos Anais. A pesquisa é bem desafiadora, pois para cada reunião regional a página de acesso às informações e dados é organizada de uma forma. Nesse sentido, não conseguimos encontrar os Anais do XXIII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN) e para o evento XIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste não obtivemos resultado pelo termo no GT de currículo.

Na 21ª Reunião Regional ANPED Sul de 2016 em trabalhos completos do GT de currículo, de 15 trabalhos, foram selecionados apenas 2, pois continham em seu título ou resumo o termo pesquisado.

Na 12ª Reunião Científica Regional Sudeste da Associação Nacional e Pesquisa e Pós-Graduação Em Educação (ANPED) no Espírito Santo. A organização do site dessa reunião disponibilizou na página do evento um e-book com as comunicações orais dos

trabalhos apresentados. Abrimos o e-book e não havia resumos dos trabalhos, como o e-book possui 4.168 páginas, então a busca pelo termo Base Nacional Comum Curricular deu-se com auxílio da ferramenta de localização de palavras Ctrl+F. Obtivemos resultado de 6 trabalhos que abordavam o termo em seu conteúdo. Destes, 2 foram selecionados, os demais faziam uma rápida referência ao documento da BNCC como norteador do currículo. Quadro 3.

Quadro 3 - Relação dos trabalhos selecionados nas Reuniões Regionais da ANPEd de 2016.

Reuniões regionais 2016	Título	Autor (es)
21ª Reunião Regional da ANPEd Sul	Práticas Discursivas Sobre A Base Nacional Comum Curricular: Relações De Poder-Saber.	Monique Cristina Francener Hammes Schütz, Gicele Maria Cervi e Lilian Alves Pereira.
21ª Reunião Regional da ANPEd Sul	Entre as Possibilidades de transgressão dos muros Escolares e as grades de uma Base Nacional Comum Curricular.	Simone Luz Ferreira Constante
1ª Reunião Regional da ANPEd Norte	Em Defesa Dos Currículos Praticados nos Cotidianos Escolares.	Rafael Marques Gonçalves; Leonardo Ferreira Peixoto
12ª Reunião Científica Regional Sudeste.	Sobre os Processos de Tessitura dos Currículos no Ensino Médio: as marcas das Negociações, das Experiências e dos Hibridismos Vividos nos Cotidianos.	Adriana Pionttkovsky Barcellos
12ª Reunião Científica Regional Sudeste	Campos de Experiência no Currículo da Educação Infantil: um espaço a ser ocupado.	Thais Monteiro Ciardella

Fonte: Elaborado pela autora.

Posteriormente, a pesquisa foi feita nos Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd. A escolha por selecionar somente a Reunião Nacional da ANPEd de 2015 se deu, pois, as reuniões anteriores a ela, na página da ANPEd, datavam de 2013, 2012, 2011... No GT 12 de Currículo da 37ª Reunião que aconteceu em Florianópolis em 2015, encontramos apenas 1 trabalho na sessão de discussão de pôsteres que aborda o termo Base Nacional Comum Curricular. Ao todo foram 22 trabalhos selecionados e analisados. Quadro 4.

Quadro 4 - Trabalho encontrado na Reunião Nacional da ANPEd de 2015.

37ª Reunião Nacional da ANPEd – 2015, Florianópolis.	A constituição de uma base nacional comum ou de uma base comum nacional?	Fábio de Barros Pereira
--	--	-------------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

No próximo tópico, buscamos localizar as discussões a partir da BNCC que são apresentadas pelas produções selecionadas e assim resgatar a contribuição das mesmas.

4.1. APROXIMAÇÃO COM OS AUTORES

Para conhecer mais sobre esse campo de discussões em torno da BNCC, decidimos a partir do balanço de produção acadêmica, resgatar e apresentar alguns apontamentos de autores do campo da educação sobre o tema. Essas contribuições se constituem fundamental na construção deste trabalho, pois compreendemos que é a partir da percepção dos sujeitos da escola, da educação que é possível pensar, elaborar e viver currículo.

Buscando reforçar a contribuição dos autores do campo da educação, ponto que um ofício intitulado “Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular” (BRASIL, 2015) foi elaborado em novembro de 2015 pela ANPEd, juntamente com a ABdc, expondo 9 motivos pelos quais essas instâncias são contra a proposta de implementação de uma Base Nacional comum Curricular.

Dentre esses motivos estão: a padronização do currículo com vistas a moldar a formação às necessidades do mercado, ao não reconhecimentos das diversidades que coloca a democracia em risco, a contradição do discurso pelos “direitos de aprendizagem” e a listagem de conteúdos que reduz a ideia do direito à educação, uma formação importada de experiências internacionais, entre outros que, de certa maneira, também são resgatados pelos autores nos trabalhos selecionados no recorte acerca das discussões sobre a Base.

É interessante refletir sobre esse posicionamento da Associação Brasileira de Currículo e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em relação ao discurso dos apoiadores da Base Nacional Comum Curricular. É possível inferir que são discursos que se constituem em visões de mundo e projetos de sociedade diferentes.

Nos próximos pontos, buscaremos trazer as compreensões dos autores da área da educação e do currículo sobre a construção de uma BNCC para o Brasil. Tais autores

traçam um posicionamento que corrobora e complementa a ideia apresentada no Ofício da ABdc e da ANPEd.

4.2. A EDUCAÇÃO E O MODELO DE SOCIEDADE EM DISPUTA

Freitas (2014) em “Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola”, aborda questões acerca das avaliações internas e externas à escola e com isso, faz uma crítica com relação a proposta da BNCC, compreendendo a mesma enquanto uma matriz conteudista que não possibilita a formação humana integral.

O autor apresenta a ideia de que nos últimos 20 anos estamos vivendo a segunda onda neoliberal e que nela os processos de manutenção das desigualdades, apresentam-se como inovação, entre esses processos há a renovação da dimensão de responsabilização do indivíduo pelo seu fracasso ou sucesso, com base no discurso de igualdade de oportunidade e, de responsabilização da escola por diminuir as desigualdades com base no acesso ao conhecimento. Isso segundo o autor, tira o foco da causa geradora da pobreza que os próprios reformadores empresariais geram.

Segundo Freitas (2014) os reformadores visam abrir espaço cada vez mais no campo educacional para “empresas educacionais confiáveis” do mercado de consultoria, materiais didáticos, avaliação, venda de tecnologia, organização, [...] que operam na difusão de métodos tecnicistas e introduzem nas redes e escolas processos de gestão verticalizados” (p.8). O autor ainda afirma que ao entrarem no campo educacional também enfrentam um dilema: dar acesso a um pouco mais de conhecimentos a classe trabalhadora para meramente qualificá-los, sem que com isso tenham que perder o poder ideológico sobre a escola. Como fazem isso? Segundo o autor, renovando as velhas práticas de avaliação internas e externas à escola e por meio de propostas que visam padronizar os conteúdos ensinados e a formação de professores.

Assim, acredita que uma BNCC é uma forma de vincular a escola aos moldes conteudistas, focando na qualificação dos jovens para atender às demandas do mercado de trabalho e manutenção do sistema de produção vigente. Compreende ainda que o caminho pela padronização da educação, tem como objetivo, tirar do foco as concepções de sociedade, escola, levando a educação como um esforço nacional e com uma falsa ideia de educação sem ideologia, pois para ele: “novos paradigmas de acumulação de riqueza exigem novos paradigmas de exclusão e subordinação”(p.7). Então, sendo assim, eles mesmos - os reformadores- caracterizados como

solucionadores dos problemas da educação, tomam para si a direção desse processo e ditam seus padrões do que seja uma boa educação - baseada em avaliações de larga escala, precarização da formação e dos salários dos professores e na manutenção das desigualdades.

A avaliação da escola precisa permanecer, segundo o autor, porém, que seja feita pelos sujeitos da educação- escola e comunidade- e a escola para possibilitar uma formação integral dos sujeitos, assim a escola precisa ser vista como um centro cultural da sua comunidade “que investiga a vida e suas contradições sociais, que libera a energia criativa da juventude e a desenvolve em todas as suas dimensões possíveis, incluindo o domínio sólido do conhecimento das ciências e das artes” (p.24).

Nesse sentido, Barreto (2016) também irá resgatar as relações entre o currículo centralizado e avaliação externa, corroborando Freitas (2014) no que diz respeito aos interesses dos reformadores empresariais no campo educacional. Barreto (2016) entende que atualmente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem ganhado centralidade no contexto escolar e nas políticas e que o discurso que as envolve é o da democratização, segundo ela é a troca da lógica de trabalho pela de comunicação, porém alerta para que isso decorre de uma intenção de maior controle dos reformadores sobre a educação e que pode gerar precarização e esvaziamento do trabalho docente. A autora considera que “não trata apenas de tecnologias em outro patamar e grau de sofisticação, mas de instância de tradução de uma BNCC que inclui listagens de conteúdo /competências apontando para avaliações unificadas centradas nos produtos” (p.14). Acredita a uniformidade da BNCC e das avaliações externas esvaziam a complexidade do processo pedagógico e deixam de fora das discussões e tomadas de decisões os protagonistas do processo, os sujeitos da escola.

4.3. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O DISTANCIAMENTO DOS CURRÍCULOS *PRATICADOS PENSADOS*

Grande parte dos trabalhos resgatados na pesquisa nos Anais Regionais da ANPEd 2016, abordam e reconhecem o currículo como um campo de disputa de poder, como não neutro, onde há intenção de legitimar um saber. Os trabalhos também buscam fazer uma análise sobre como uma BNCC impactaria as dimensões do currículo escolar, do ensino e da educação. Alguns dos artigos selecionados que datam de 2015, 2016 trazem em seu texto, para fundamentar as discussões, os autores resgatados nos trabalhos publicados em 2014 que foram selecionados para esta pesquisa.

As autoras Schütz; Hammes, Cervi e Pereira (2016), na 21ª Reunião Regional da ANPEd Sul, com o trabalho “Práticas Discursivas sobre a Base Nacional Comum Curricular: relações de Poder-Saber”, constroem o histórico de surgimento da Base Nacional Comum Curricular e como foco de seu trabalho, abordam uma problematização dos discursos de atores políticos, de pesquisadores da ANPEd e da ABdc e de professores de uma escola da rede estadual de Santa Catarina sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Assim, compreendem o currículo como campo de poder e de disputas. Com isso, resgatam os discursos dos atores políticos envolvidos na construção da BNCC, para ampliar e problematizar alguns pontos que são recorrentes em seus discursos. Também trazem para discussão um ofício que foi escrito por pesquisadores da ANPEd e da ABdc em oposição a Base Nacional Comum Curricular e por fim, os discursos a favor da BNCC dos professores de uma escola da rede estadual de Santa Catarina.

Schütz (et al. 2016) considera que a BNCC é uma tentativa de homogeneização do currículo, uma negação das diferenças sociais, culturais e econômicas existentes em nosso país. Nesse sentido, trazem Silva (2004) para reafirmar que o currículo não é neutro e que:

[...] na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não deixam de estar envolvidos em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (SILVA, 2004, p.16 apud SCHÜTZ et al., 2016).

Outro ponto bastante interessante é quando abordam a questão do discurso do Ministério da Educação com relação a ideia de que os professores são protagonistas na construção da BNCC, com isso as autoras pontuam que:

[...] dificilmente se traçará uma resistência para aquilo que você ajudou a pensar e participou da construção. Ao solicitar a participação de todos, todos são capturados, pois sob o véu da participação capturam-se resistências ou geram-se possibilidades, potencialidades (SCHÜTZ et al. 2016, p.13).

Sendo assim, a autora aponta que o discurso sobre protagonismo deve nos manter alerta e em se tratando de currículo, muitas questões devem ser feitas no

processo. Ainda assim, as autoras acreditam que onde há uma intenção de homogeneização, haverá também contrapontos que sinalizam uma resistência.

Ainda na 21ª Reunião Regional da ANPEd Sul, o trabalho “Entre as Possibilidades de transgressão dos muros escolares e as grades de uma Base Nacional Comum Curricular”, Constante (2016) corrobora Schütz et al. (2016) que o currículo é lugar de embates e disputas em busca de legitimar alguns significados culturais. A autora aborda as condições de emergência das políticas no Brasil e as implicações das mesmas nas propostas curriculares, também tece uma análise sobre o lugar da arte e cultura na proposta da Base Nacional Comum Curricular.

Com base em Yúdice (2006 apud CONSTANTE, 2006), a autora se refere a cultura como sendo "processos simbólicos que delimitam um dentro e fora hierarquizados", estabelecendo um jogo de colocação de fronteiras, apoio a hierarquias e relações de poder (YÚDICE, 2006, p. 12 apud CONSTANTE, 2016, p. 2). A autora compreende que a cultura tem função potencializadora para transformação da ordem mundial, porém ressalta que o capitalismo vem provocando mudança nos usos da cultura, principalmente no campo da educação, transformando a mesma em recurso. Segundo a autora, a cultura passa a ser vinculada ao molde produtivo, sendo assim, a mesma é incorporada ao discurso de promoção de cidadania, de resolução de problemas socioeconômicos, quando, na verdade está vinculada ao meio produtivo para gerar crescimento econômico.

Constante (2016) afirma que esse movimento acontece, pois, a escola é um lugar onde a cultura circula, é uma espécie de “agência cultural” (p.2) e que a mesma está inserida em uma sociedade que gira em torno do mercado, assim a escola busca responder às exigências desse mercado. Nesse sentido, a cultura vai ganhando novos sentidos e significados. Constante (2016) defende então que o currículo escolar precisa:

Tratar da cidadania, ao abordar os valores culturais e sociais, os diversos aspectos da produção e difusão cultural, problematizar os modos de ser, discutir os processos de integração social, valorizar as culturas populares e regionais, evidenciar o patrimônio intangível e midiático, potencializar o caráter de reflexão crítica da educação (p.2).

A autora acredita que, desse modo, o currículo tem possibilidade de oferecer uma formação com base em uma visão crítica de mundo, isso para ela é uma formação empoderada, uma formação que permite condições de pensar sobre os usos da cultura e as relações de poder. Para Constante (2016) o currículo não é somente uma prescrição

de conteúdos, a autora assim como outros autores resgatados neste capítulo (SCHÜTZ et al. 2016), compreendem que o currículo não é neutro, mas sim a tentativa de legitimar um tipo de conhecimento que é tido como mais importante para servir aos interesses de um determinado grupo de pessoas. Com isso, seu trabalho vai ao encontro de questionar se é realmente possível “quebrar” as barreiras existentes no currículo com uma Base Nacional Comum, pois Constante (2016) afirma que não é possível pensar um currículo isolado, mas sempre com relação a dimensão econômica, social, cultural de um lugar. Então que isso é mais que um desafio e que pode ser uma tentativa ilusória de união de culturas e saberes no currículo.

Na 12ª Reunião Científica Regional Sudeste, no trabalho “Os processos de tessitura dos Currículos no Ensino Médio: as marcas das negociações, das experiências e dos hibridismos vividos nos cotidianos” de Barcellos (2016) também é feita uma análise do currículo e o mesmo é concebido como campo de lutas, disputas e um mecanismo de poder. Neste trabalho a análise avança no sentido de compreender um pouco mais sobre os interesses que o currículo desperta nas agências financiadoras, Ministério da Educação e Secretarias Municipais.

A autora busca firmar uma posição contra a ideia de homogeneização do currículo e concebe que, de certa forma, os documentos oficiais negam as vozes de quem pratica e constrói currículo na escola, pois pode vir a ser uma “arma” de controle da escola, dos professores, dos alunos, da sala de aula. A autora concebe “os cotidianos escolares como “espaços privilegiados de produção curricular” (OLIVEIRA, 2003 apud BARCELLOS, 2016, p. 2016). Então coloca como o desafio pensar as políticas curriculares que são produzidas e praticadas no contexto da escola. Nesse sentido, Barcellos (2016) considera a BNCC como “uma proposta reguladora e uniformizante” (p. 2016).

Elenca ainda que que está presente nos discursos dos defensores de uma BNCC (agências financiadoras, MEC, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho Nacional de Secretários da Educação...) uma crença de que o documento pode influenciar positivamente o contexto escolar. Com isso, segundo a autora parece ser consenso nos discursos que essa proposta possibilita “a condição de uniformizar conhecimentos, servir como instrumento de avaliação/medição e controle por parte dos professores, agências, responsáveis e sociedade (SÜSSEKIND, 2014 apud BARCELLOS, 2016, p. 2017). Sendo assim, reconhece como currículo as “criações cotidianas dos *praticantespensantes* das escolas” (OLIVEIRA, 2012, p. 49 apud

BARCELLOS, 2016, p. 2022), reconhece que a escola reinterpreta os documentos oficiais para pensar e praticar seu currículo, reconhece também que o mesmo é fruto das interações e negociações dos sujeitos do contexto escolar.

Na 1ª reunião regional da ANPEd Norte, corroborando Barcellos (2016), Gonçalves e Peixoto (2016) no trabalho “Em Defesa Dos Currículos *Praticados* pensados nos Cotidianos Escolares” também apontam para legitimação do currículo que é vivo no contexto da escola e avançam no sentido em que fazem uma análise das bases em que se apoia a construção da BNCC e como contraponto, resgatam o movimentos de resistência da ABdc e da ANPEd a essa proposta.

Os autores resgatam Macedo que dá um destaque para os apoiadores da BNCC:

[...] os sites dos principais agentes públicos que dinamizaram o debate até então indicam praticamente os mesmos “parceiros”. Instituições financeiras e empresas — Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola (MACEDO, 2014, p.1540).

Com essas instituições e empresas apoiando a BNCC, os autores nos questionam sobre os interesses por detrás dessa proposta, também elencam como o discurso da qualidade da educação carrega muitos interesses e pode não representar as lutas. Por fim, defendem que é preciso dar visibilidade para os *praticantes* pensantes da escola, pois eles são autores de sua prática, autores de um currículo.

Já na 37ª Reunião Nacional da ANPEd em 2015, o trabalho de Pereira (2015), resgatado na sessão de pôsteres, intitulado “A constituição de uma base nacional comum ou de uma base comum nacional?” inicia questionando acerca de questões que de alguma forma também estão presentes em Schütz et al. (2016) que nos auxiliam a refletir sobre o que seja currículo, como: “ quem define o porquê, como e o que se ensina?; Que pesos têm e deveriam ter cada um dos atores envolvidos nesta definição?” (PEREIRA, 2015, p. 1). Segundo o autor, uma Base Nacional Comum “ao proporem uma centralização curricular articulada de cima para baixo, reiteram a lógica política das instituições em crise: a centralização do poder político em detrimento da participação democrática” (PEREIRA, 2015, p.4).

Pereira (2015) traça um caminho de elaboração que se difere em relação aos demais autores resgatados, o mesmo tece uma reflexão sobre a nomenclatura da Base e os objetivos da mesma, com isso chega a compreensão de que em uma Base Comum

Nacional o currículo seria pensado de uma forma não impositiva, de baixo para cima. Já na proposta de uma Base Nacional Comum, segundo ele, o nacional sobrepõe-se ao local, tornando o currículo inflexível e impositivo, pensado por poucos e privilegiados dessa maneira acredita que o currículo não possa promover a democracia, pois a mesma não se constrói com base em processos autoritários. Pereira (2015) sugere que talvez uma proposta mais sensata para uma Base Nacional Comum seja uma orientação de procedimentos que estejam voltados à gestão democrática da escola. Segundo o autor, essa medida possibilitaria que a escola, por meio de seu conselho escolar, pensasse a formação, o currículo para garantir que cada unidade possibilite uma formação que reconhece a realidade local, interesses e as possibilidades.

Resgatando os trabalhos da 12ª Reunião Científica Regional Sudeste, o trabalho intitulado de “Campos de experiência no Currículo da Educação Infantil: um espaço a ser ocupado, Ciardella (2016) antes de entrar na especificidade da política educacional para educação infantil, faz um histórico sobre os marcos em que se apoia a construção da BNCC e aponta que a proposta está alicerçada em três vertentes que apontam para um “novo” modelo de gestão da educação pública na América Latina. A primeira delas seria de municipalização, ou seja, “descentralização entre as diferentes instâncias de governo”, a segunda seria de autonomia escolar. Segundo a autora a BNCC aponta para o movimento de descentralização para a escola e por último, o movimento pela responsabilidade social que seria uma descentralização para o mercado. Sendo assim, Ciardella (2016) aponta que o papel do Estado se resume ao papel de avaliador dos resultados gerados.

4.4. DO CURRÍCULO PENSADO E VIVIDO PELOS SUJEITOS DA ESCOLA À UMA BNCC: O QUE E QUEM SIGNIFICA UM CURRÍCULO?

Macedo (2016) propõe-se a discutir sobre as disputas por significação presente no processo da política. A autora compreende currículo enquanto representação e afirma que nas discussões sobre currículo há um movimento que entende controle como forma de garantir uma qualidade.

Posiciona-se com relação ao termo “objetivos de aprendizagem” presente na essência da BNCC, ao dizer que ele está inserido no campo de disputa por significação e, a relação que faz a partir do mesmo é que ele remete aos processos de avaliação e de fluxo escolar, reforça que isso não está posto, mas que é a significação que construiu para esse processo.

Assim, compreende que as políticas têm realizado um esforço no sentido de dar um sentido para o que seja uma BNCC, sua análise desenha um contexto em que afirma que a BNCC é um dos significantes que foram sendo esvaziados ao longo dos anos, o que segundo ela, abre espaço para que a Base venha sendo caracterizada como solução dos problemas da educação ou ainda como sinônimo de melhorias. Com relação a isso, Macedo (2016) compreende que a escola é um lugar privilegiado do fazer currículo, que é um lugar do imprevisível (alteridade não antecipável).

A autora resgata ainda que justiça e democracia não podem se constituir em promessas com passos a cumprir para que seja possível atingi-las, mas sim que são processos por vir, sem que elas sejam ideias reguladoras “porque educação, justiça e democracia requerem alteridade para serem vividas como tal” (p.63). Com isso, acredita que o que é significado como totalidade, diz respeito ao cancelamento de toda diferença.

Em 2014, na edição da revista e-curriculum de volume 12, Alves (2014) aborda a “Sobre a possibilidade e a necessidade Curricular de uma Base Nacional Comum”. A autora traz o tema com bastante propriedade, pois afirma ter participado ativamente das discussões sobre a Base Nacional Comum e sobre uma Base Comum Nacional. Alves (2014) relata que participou também das ⁴discussões sobre uma BCN que em essência levaria em consideração o regional, o local, antes do Nacional para pensar a formação de professores, porém essa proposta não foi assumida pelo MEC, pois vai de encontro à proposta pensada pelo mesmo que é de uma Base Nacional Comum.

Alves (2014) nos coloca frente a pensar a ideia construída em torno de uma crise da escola e que para a mesma é preciso pensar em uma solução, no contexto do Brasil, a BNCC aparece como uma solução fácil. A autora ressalta que desde a LDB de 1996 quando o termo BNC aparece, há um grande esforço pela tentativa de implementar uma Base Nacional Comum. Mas que o movimento com um ritmo mais intenso para implantação de uma BNCC foi após o Plano Nacional da Educação de 2014 que trouxe como uma de suas metas a construção e implementação de uma BNCC. Alves (2014) acredita que voltar todas as atenções para a BNCC tem como objetivo maior “fugir” da

⁴ Em 1981 foi elaborado segundo a autora um documento que tinha como proposta uma Base Comum Nacional para formação de professores e que o mesmo não foi assumido pelo MEC pois ia de encontro a proposta de uma Base Nacional Comum, mas esse documento impulsionou a criação da Comissão Nacional pela Reformulação dos cursos de Formação dos Educadores (CONARCFEE) que em 1990 passou a ser Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

meta 18 do PNE que trata dos planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino.

Para refletir como a BNCC em alguns momentos é abordada como solução para uma crise da escola, a autora resgata Von Foester (1995 apud ALVES, 2014) que nos permite refletir sobre a dimensão dos processos e dos objetos. Segundo o autor, tratamos como objeto o que deveria ser pensado como processo. Para Alves (2014), a BNCC está sendo tratada como objeto, como mercadoria. A autora chama atenção para a questão de que pensar o currículo não é simplesmente construir uma lista de conteúdos e ou, uma lista de como abordar tais conteúdos, mas que é preciso um debate intenso com os sujeitos do contexto escolar, é preciso que se leve em consideração as relações, os contextos, o processo. Alves (2014) corrobora Barcellos (2016), Gonçalves e Peixoto (2016) quando afirma que: “será preciso que discutamos muito – com intensa participação destes *praticantespensantes* (OLIVEIRA, 2012 apud ALVES, 2014) - sobre o que são os currículos, para saber da necessidade e possibilidade de uma BNC, neste momento político educacional brasileiro” (p.1478).

Outra autora que também participou das discussões sobre uma Base Comum Nacional foi Sussekind (2014) que traz sua contribuição para a discussão em: “As (Im) Possibilidades de uma Base Comum Nacional”. A autora defende que é preciso dar visibilidade e valorizar os currículos *praticadospensados* nos contextos escolares para que haja justiça cognitiva e ainda afirma que as unificações curriculares culminam no que ela chama de demonização dos professores. Refere-se ainda a ideia criada em torno de crise da educação ser algo que serve a um interesse que tende a tornar a ideia generalizante que escola não funciona e de que os materiais didáticos não servem, de que os professores não estão preparados e que para essa ideia é dada uma “solução” - um currículo que traga claramente o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado-pressupondo assim, que o problema está resolvido, tomando o currículo, a educação como produto e não como processo.

Sussekind (2014) considera que o debates sobre currículo precisam identificar e localizar a escola como “arenas políticas e culturais” (MOREIRA, 1995, p. 13 apud SUSSEKIND, 2014, p.1516). A autora apresenta os discursos disputados, porém convergentes dos sujeitos envolvidos na construção e promoção da BNCC que traçam em linhas gerais a ideia de que os professores não estão suficientemente preparados e que então a Base suprirá as carências da educação brasileira, ainda reforça que os

discursos vão ao encontro da perspectiva de homogeneização dos conteúdos para uma melhor forma de avaliar o trabalho desenvolvido pela escola.

A autora situa o currículo como sendo uma “conversa complicada, (...) uma espécie de leilão barulhento, (...) campo de negociações” (SUSSEKIND, 2014, p.1520) e afirma que concebê-lo assim permite potencializar o mesmo, dando visibilidade aos currículos *praticadospensados* pelos sujeitos da escola, permitindo assim que professores e alunos assumam o protagonismo na construção do currículo que é desenvolvido diariamente no contexto da escola.

Em “Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para Educação”, Macedo (2014) busca realçar na discussão que agentes políticos públicos e privados têm participado do debate sobre a BNCC e que sentidos de BCNN eles buscam hegemonizar. A autora acredita que a Base cria uma forma de regulação que tem sua essência na avaliação e nos modelos privados de gestão, nesse sentido busca compreender os sentidos que são dados a partir da BNCC para educação de qualidade.

Macedo (2014) compreende que as políticas curriculares ocupam lugar dos discursos hegemônico que tentam significar a educação, o currículo. Segundo a autora “num nível mais macro, tenho argumentado que as políticas tomam a qualidade da educação como significante nodal capaz de sobredeterminar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político”. (p. 1536). Afirma ainda que grupos políticos se constituem de dar significado para qualidade da educação, “suposta para a crise do sistema” (p.1536). Compreende que a defesa por uma base nacional vai ao encontro do discurso de que só assim é possível alcançar a qualidade na educação.

A autora resgata Ball (2012 apud Macedo, 2014) para compreender a proposta da Base a partir das redes de política que segundo o autor, traçam uma nova forma de “governamentabilidade” (p.1538), onde parcerias público-privado-filantropico-não-governamental são estabelecidas, Macedo (2014) afirma ainda que assim o princípio de mercado é estabelecido para responder a um problema criado pela má gestão do setor público. Para fundamentar essa concepção apresentada, a autora traça rotas para compreender os discursos dos diferentes sujeitos públicos e privados como MEC, UNDIME, CONSED, CNE, SEB, Itaú, Instituto Natura, Fundação Lemann e o movimento “Todos pela Educação”, entre outros. A autora faz um realce na participação da Fundação Lemann nas discussões sobre a BNCC e afirma que a Fundação “assim como a maioria dos parceiros privados que vimos citando — pode ser descrita como

3.0, instituições cujo “foco está em ampliar potência ao estimular a colaboração — e convergência — entre os setores público e privado” (BALL, 2012, p.71 apud MACEDO, 2014). Com isso, Macedo (2014) afirma que essas instituições criam um discurso hegemônico do que é e como alcançar a qualidade para educação.

Em 2014, quando escreveu o artigo, a autora concluiu que estava em curso uma proposta (BNCC) que visa ter o controle sobre o que é ensinado e aprendido nas escolas e que em seus discursos apontam o descrédito à formação inicial de professores, a falta de qualidade na educação e a impossibilidade de “medir” resultados - o que segundo a autora não se pode medir- imponderável- pois trata-se de processos e não de um produto, uma mercadoria. Então a autora conclui afirmando que o que um currículo nacional tem a oferecer, não é realmente a solução dos problemas da educação, mas sim “é apenas a tentativa de controle do imponderável da qual depende, não o sucesso da educação, mas a hegemonia do imaginário neoliberal de que ele é parte” (MACEDO, 2014, p. 1553).

Macedo, Nascimento e Guerra (2014) em “Heterogeneidade, Experiência e Currículo: contrapontos à ideia de Base Comum Nacional e à vontade de exoterodeterminação da formação”, complementam a perspectiva de Macedo (2014) ao compreenderem que um currículo nacional tende à não reconhecer uma perspectiva multicultural de formação. Os autores defendem que currículo é muito mais do que conteúdo prescrito, é relacional e socialmente construído e como tal tem ligação com as experiências formativas. Nesse sentido, afirmam que esse currículo permite a valorização e empoderamento de experiências invisibilizadas por padrões educacionais. Corroboram Macedo (2014) quando acreditam que os discursos por detrás de uma intenção de uma Base Nacional não são pela qualidade da educação, mas sim um movimento que visa uma padronização da educação, do currículo, dos sujeitos.

Cóssio (2014) contribui e avança para a discussão sobre a BNCC, pois nos possibilita a compreensão de que um currículo remete à um projeto de educação e que como tal, remete a um projeto de sociedade. Com isso, aponta questionamentos que nos fazem refletir; para que sujeitos é esse currículo? Qual projeto de educação ele contempla? E afirma que há projetos de sociedade em disputa, então que é prudente questionar sobre qual o projeto de sociedade pretendido.

Com relação aos sujeitos, a autora nos faz refletir que, no projeto de sociedade que vivemos- capitalista- a educação visa habilitar os pobres para o consumo e o trabalho e que a exclusão dos sujeitos é justificada pelo fracasso individual. A autora

nos lembra que nesse projeto societário, a pobreza é tida como um problema de falta de capacitação, para isso são criadas políticas “de alívio à pobreza” (p. 1576) que visam “atacar” os sintomas e não a causa real da pobreza. Com relação ao projeto de educação pretendido por uma Base Nacional, Cóssio (2014) afirma ainda que esse projeto de currículo seleciona conhecimentos e corre o risco de ser conservador quando não se assume a heterogeneidade de conhecimentos, de contextos, de sujeitos, acrescenta ainda que “um currículo e uma pedagogia democráticos devem começar pelo reconhecimento dos diferentes posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula e das relações de poder entre eles” (p.1581).

Outro ponto interessante do texto de Cóssio (2014), é o momento em que aborda sobre o princípio da Base que se diz ser guiada pelos “direito à aprendizagem”, aponta que essa premissa mais uma vez reforça a ideia da obrigação de aprender que está ligada também a ideia de fracasso ou sucesso individual, pois a partir do momento que o aluno não aprende o que era esperado, a responsabilidade é única e exclusivamente dele. Nessa perspectiva, exclui-se as condições materiais envolvidas no processo aprendido e leva-se em conta que essa ação é meramente cognitiva e individual, o que cada vez mais reforça a formação para perpetuação do modelo de sociedade em que vivemos. Nesse sentido, Garcia e Fontoura (2015) acreditam que falar em “comum” quando se trata de currículo é colocar a prova a premissa de democracia e traz uma ideia de controle das identidades.

As autoras corroboram Alves (2014) que o “jogo” com os nomes de Base Nacional comum e Base Comum Nacional serve como enfrentamento à ideia de fazer e pensar a educação em nossa país. As autoras reforçam a ideia de que é dando visibilidade para os currículos vividos e para seus protagonistas, que é possível criar espaços de democracia, de resistência de “resistir e (re) existir” (p.768) e assim, produzir novos saberes a partir de uma reforma educacional. O que, de certa forma, corrobora com a ideia apresentada por Cóssio (2014) de que assim é possível uma formação que nos emancipe, que não reproduza o modelo de sociedade vigente.

Cunha e Silva (2016) compreendem currículo enquanto luta por produção de significados e que assim, está para além de um documento:

Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino àquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado

currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo (LOPES; MACEDO, 2011b, p. 19 apud CUNHA; SILVA, 2016).

Com isso, afirmam que entre os sentidos que a política curricular assume, ela é um campo de disputa e que precisa também assumir o caráter de uma política cultural que preconiza a valorização dos saberes diversos e da heterogeneidade. Assim, nos alertam para proposta- como a da BNCC que dizem ser capaz de possibilitar acesso aos conhecimentos padrões é preciso pensar no contexto do nosso país e também sobre ser comum para quem esses conhecimentos.

Machado e Lockmann (2014) se propõe a discutir, não tomando um posicionamento contra ou a favor da Base, sobre as dimensões que envolvem a escola e o professor nesse processo de formulação de uma BNCC e nos apontam que há uma descentralização do professor no processo educativo como alguém que além de ensinar é também responsável por cuidar das condutas dos sujeitos, ou seja, ensiná-los a cuidar de si. Também apontam que há uma expansão das tarefas e funções da escola frente à essa proposta. Segundo as autoras, a ideia de uma Base Nacional parece tomar o ensino como secundário e incluir como primário, demandas sociais, emocionais e afetivas.

A partir da aproximação com os autores é possível visualizar que há uma disputa de poder localizada na construção de uma BNCC para definir quem significa o currículo, ou seja, uma disputa para fixar, marcar, uma visão de mundo, de sujeito, de educação que seja hegemônica que guie a formação para uma reprodução da sociedade vigente.

Nessa disputa, também está em jogo definir sentidos para o currículo, esses sentidos são representados pelos defensores da Base enquanto solução para o que chamam crise da educação. Desse modo, são usados termos como a qualidade para definir um sentido para a existência de uma BNCC, sendo que não é possível falar imediatamente em prever ou medir qualidade (PONCE, 2016). Corroboramos com Paro (1998) que isso:

[...] talvez se deva à extrema complexidade que envolve a avaliação de sua qualidade. Diferentemente de outros bens e serviços cujo consumo se dá de forma mais ou menos definida no tempo e no espaço, podendo-se aferir imediatamente sua qualidade, os efeitos da educação sobre o indivíduo se estendem, às vezes, por toda sua vida, acarretando a extensão de sua avaliação por todo esse período (p.3).

Assim, qualidade na- da educação é um assunto complexo, pois não se trata de

tomar a educação enquanto mercadoria, ou escola enquanto fábrica, onde é possível visualizar ao final do dia um produto de qualidade ou não. Compreendemos Educação enquanto processo de apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente pela sociedade, entendemos que esse processo exige movimentos de reflexão a partir do planejado e do vivido, para que assim seja possível pensar e repensar as práticas, constituindo processos de avaliação que não são pensados genericamente, de forma homogênea e em larga escala.

No próximo capítulo apresento a abordagem metodológica de pesquisa que se refere a escolha pela metodologia de organização e análise dos dados e também apresento os procedimentos de construção do *corpus* da pesquisa.

5. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Na busca por compreender como a revista veja retratou a Base Nacional Comum Curricular, realizamos uma pesquisa qualitativa com base na Análise Textual discursiva (ATD) a partir das matérias publicadas online pela Revista Veja de 2016 à 2017.

Na pesquisa qualitativa trabalhamos “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p.22). Assim, para além da quantificação dos dados, nossa busca é por compreender o contexto analisado que é constituído por relações sociais complexas e então, comunicar, divulgar as contribuições de nossas análises.

A escolha por essa metodologia se justifica, pois corroboramos Moraes (2003) que os textos permitem muitas significações e que a leitura já implica um processo de interpretação que não único e objetivo. Segundo o autor os “textos não carregam um significado a ser apenas identificado; são significantes exigindo que o leitor ou pesquisador construa significados com base em suas teorias e pontos de vista” (p.194). Sendo assim, acreditamos que o recorte de pesquisa feito neste estudo não representa o todo de uma realidade, porém nos permite a leitura e interpretação que pode se constituir de alguma forma enquanto intervenção na realidade.

A metodologia de análise textual discursiva transita entre análise de conteúdo e análise de discurso e se constitui enquanto forma de organizar a compreensão sobre o material selecionado para o estudo que é reconhecido enquanto *corpus* da pesquisa. A ATD exige para tal organização, um ciclo que corresponde a “desconstrução do *corpus*, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada” (MORAES, 2003, p.192). A partir dessa organização é possível dar origem a categorias que possibilitam novas compreensões sobre um assunto.

O primeiro momento da análise a partir desta metodologia correspondeu a um olhar curioso e incansável para o *corpus*, as matérias publicadas online pela Revista Veja, procurando compreender a estrutura dos textos e separar esse conteúdo em unidades significativas, buscando semelhanças e diferenças entre eles. Neste momento, segundo os autores os textos são “recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a

partir das capacidades interpretativas do pesquisador” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 132) na busca por atingir unidade.

Em seguida, o movimento foi realizado em torno da categorização que se constituem a partir da comparação e junção das unidades significativas que correspondem a ideias, palavras, frases recorrentes nos textos que apontem para um sentido de unidade entre elas. No caso deste estudo, as unidades significativas nos guiaram a uma grande categoria, a de visões de currículo, foram elas; a ideia de neutralidade, currículo como produto aplicável, currículos internacionais como modelo.

Após isso, o esforço é concentrado na construção de um texto para comunicar as interpretações e aprendizagens alcançadas com base na análise dos dados. É pertinente ressaltar que, nesse processo de análise, as interpretações e inferências são realizadas a partir dos pressupostos e teorias em que se insere o pesquisador.

5.1. CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

O processo de construção do *corpus* da pesquisa deu-se em dezembro de 2016 em um esforço para identificar e guardar as notícias sobre a BNCC publicadas pela Revista Veja em sua página na internet. Para encontrarmos as notícias, a busca foi guiada pelo termo “Base Nacional Comum Curricular” na barra de pesquisa do próprio site da Revista, pois no link de acervo digital só direcionava para uma matéria que fazia menção à BNCC.

O campo para pesquisa disponível no site da Revista, direcionou a busca pelo *Google Custom Search*. Assim, a busca pelo termo nos apontou para 64 resultados, entre eles, grande parte eram anúncios do navegador. Realizamos a retirada dos anúncios e notícias que fugiam do tema, restaram 39 publicações da Revista, porém a partir da página 2 do mecanismo de busca - *Google*, 18 publicações eram repetidas. Restando assim, 21 publicações selecionadas previamente que abordavam o tema. Entre essas, 9 falavam sobre a reforma do Ensino Médio e o Exame Nacional do Ensino Médio e 4 sobre as mudanças nos conteúdos específicos. Compreendemos que são assuntos que estão ligados ao processo de construção e são de grande importância, porém, precisávamos de um recorte do tema, com isso optamos por não analisar esses textos nesta pesquisa. Assim, O *corpus* da pesquisa se constitui de 8 notícias publicadas pela Revista que abordam as discussões sobre a BNCC como tema principal, a amostra é composta por: 1 publicação corresponde à 2014, 1 publicação à 2015, e 6 publicações de 2016. Quadro 5.

Por conta do grande fluxo de informações disponíveis na internet, copiamos os textos publicados pela revista e salvamos por datas de publicação, seguido do título e autoria.

Quadro 5 - Corpus da pesquisa.

MÊS/ANO	TÍTULO_AUTORIA
Agosto/2014	Currículo nacional é o primeiro passo para educação avançar. Por Bianca Bibiano
Outubro/2015	Um currículo para todos. Por Cecília Ritto e Amanda Prado
Janeiro/2016	Editorial do Globo: Blindar o currículo básico contra erros e ‘contrabandos’. Por Augusto Nunes
Fevereiro/2016	“Jogamos o nível lá em baixo”. Por Rita Loiola
Março/2016	Base Nacional recebe 12 milhões de sugestões. Por Redação
Março/2016	Finlândia atualiza currículo nacional para dar mais autonomia aos professores. Por Redação
Junho/2016	MEC vai rever Base Nacional Curricular. Por Redação
Junho/2016	A Finlândia tem muito a ensinar. Por Monica Weinberg

Fonte: Elaborado pela autora.

As notícias publicadas pela revista e que compõem o *corpus* desta pesquisa, trazem como estrutura: Um tópico que identifica a área do assunto, neste caso Educação, seguido do título da notícia, um subtítulo menor, a autoria da notícia, uma imagem seguida de uma legenda. Como exemplo da Figura 1:

Figura 1 - Notícia sobre a BNCC publicada online pela Revista Veja.

veja.com Tomer Londres FGTS Comer & Beber TVEJA Newsletter Blogs Acervo Assine

Educação

Enfim, o Brasil tem uma base curricular nacional

O documento, divulgado hoje pelo MEC, é a chance de começar a tirar o país do fundo do poço da educação

Por **Maria Clara Vieira**
6 abr 2017, 14h30 - Publicado em 6 abr 2017, 11h00

Brasil terá currículo escolar unificado (Thinkstock/VEJA/VEJA)

Quase três décadas se passaram desde que o Brasil ingressou – já com atraso histórico – no debate sobre a implantação de um conjunto único de objetivos para a sala de aula. Mas era só a palavra **currículo** soar em ambientes da academia brasileira para ser rechaçada com toda a fúria: um roteiro para o professor sempre foi visto como camisa de força à liberdade de ensinar. Além disso, um documento que valesse para o país inteiro aniquilaria a possibilidade de se considerar as diferenças regionais na escola. Pois nesta quinta-feira, depois de muito debate, consulta, opinião e revisão, a primeira Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira foi anunciada pelo Ministério da Educação (MEC) e estará em pleno vigor em 2019. Uma chance, se bem aproveitada, de o país sair da zona do mau ensino.

Por que uma "base curricular" e não simplesmente um "currículo"? Há diferenças

Textão questiona a competitividade entre as mulheres e apoia a sororidade

Pela web

- Gastronomia: um mercado em forte expansão. Entenda por (Linnal)
- Professor revela como estudar e memorizar quase tudo. Teste e (Estudo Memotização)
- Blogueira emagreceu para poder se casar (SilmCaga - Itimada TV)

Para você

- Paulistanos driblam dificuldades e vão aos EUA com a bola nos pés
- Sisu: estudantes têm problemas na inscrição. Saiba como agir

Fonte: Print Screen da notícia sobre a BNCC do site da Revista Veja.

Feitas as considerações sobre a metodologia de organização e análise, no próximo ponto resgatamos o processo de categorização seguido do processo de análise do corpus da pesquisa.

5.2. DO PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

No primeiro momento de fragmentação, leitura e reorganização do *corpus* da pesquisa, realizamos uma segunda seleção dos textos que compuseram este estudo, chegando ao recorte de 12 textos. A ATD nos permite nas análises classificar e selecionar o *corpus* da pesquisa a partir do que realmente é relevante ao objetivo da pesquisa (MORAES, 2003).

O processo de leitura inicial dos textos foi guiado por duas categorias: uma

grande categoria que corresponde a visões de currículo e outra categoria que correspondia a visões de qualidade, elas foram previamente estruturadas e pensadas para atender e dar suporte à nosso objetivo geral de pesquisa.

Percebemos, posteriormente, em contato com o *corpus* da pesquisa que, embora alguns textos façam menção a BNCC como um tipo de fórmula para atingir uma qualidade na educação brasileira, essa categoria não é tão expressiva no todo do *corpus*. Sendo assim, optamos por trabalhar com a grande categoria - visões de currículo para estruturar como a BNCC foi retratada pela Revista Veja. Compreendemos também que nossa pesquisa é um pequeno recorte da realidade e que com a aprendizagem de nossas análises e divulgação dos resultados, é possível uma modificação sobre a realidade (MORAES; GALIAZZI, 2006).

A categoria currículo foi construída então a partir das unidades de significação que nos apontavam para a grande categoria currículo e com base na aproximação com os autores que foi realizada na primeira parte da pesquisa. Essa dimensão de análise justifica-se por compreendermos que o entendimento que se tem de currículo nos possibilita indícios de que projeto de sociedade se acredita. Assim, a ideia de retrato da BNCC na Revista Veja nos possibilita, ao final das análises, perceber a abordagem que foi feita sobre o tema.

Assim, para o processo de análise, fizemos recortes do corpus da pesquisa tendo como base a categoria currículo que nos possibilita alcançar o objetivo geral da pesquisa. Para que seja possível identificar e também não tirar de contexto, buscamos identificar os recortes das notícias da seguinte maneira: título, seguido da autoria e data de publicação como constam no site da Revista.

6. O RETRATO DA BNCC NA REVISTA VEJA

Neste capítulo, buscamos fazer a comunicação de nossas análises a partir da amostra das notícias publicadas pela Revista Veja, no período de 2014 à 2016 que compuseram o *corpus* desta pesquisa. Antes de entrar nas análises, buscamos fazer anotações gerais, sobre pontos em foi possível visualizar os apontamentos que os autores resgatados no levantamento das produções acadêmicas fizeram com relação ao processo de construção da BNCC.

É pertinente ressaltar de início que, no Brasil a família Civita representa a Fundação Victor Civita que constitui o grupo de apoiadores da BNCC e que também é dona do Grupo Abril (Editora Abril) do qual a Revista Veja faz parte.

No processo de leitura e releitura do *corpus* da pesquisa, foi possível perceber que, a partir do recorte que fizemos nesta pesquisa, a Revista Veja apresenta, na maioria das vezes, uma abordagem positiva com relação a implementação de uma BNCC para o Brasil. Ao ler as notícias publicadas pela Revista, dentro de nosso recorte, a interpretação que temos é de que a BNCC é um tipo de “fórmula mágica” que - “se os professores aplicarem será um grande avanço”[Trecho retirado da notícia: Um currículo para todos, por Cecília Ritto e Amanda Prado, 9 out, 2015].

Dessa maneira, os textos publicados pela revista, nos apontam também uma ideia de que é possível medir a aprendizagem dos alunos e a qualidade da educação. Compreendemos a partir de Ponce (2016), não ser possível uma fórmula para mensurar a qualidade da educação, ressaltamos também que a qualidade da educação não pode ser uma ideia deslocada do contexto social, político e econômico de um país. Parece que há uma tentativa de convencimento pela ideia de que uma educação de qualidade tem como finalidade responder às demandas do mercado de trabalho, ou seja, meramente qualificar os sujeitos, essa educação de qualidade também tem relação direta com os resultados das avaliações nacionais. Entendemos que, nesse processo, a escola “aproxima-se, em seu funcionamento, de modelos empresariais de gestão e incorpora iniciativas privadas (...) solicitando resultados mensuráveis e rápidos para manter o país em condições de competir internacionalmente” (CHIZZOTTI; PONCE, 2012, p. 33).

Chizzotti e Ponce (2012) nos possibilitam visualizar os impactos que esse modelo de currículo e gestão da escola acarretam na dimensão do trabalho pedagógico:

[...] o não reconhecimento e a perda da autonomia dos educadores; a maximização da crença de que o papel dos professores é o de

transmissores de conteúdos e executores de tarefas pré-determinadas por “especialistas em educação”; a submissão do professorado a uma estreita ideia de qualidade educacional; a individualização extrema de sua tarefa; a subtração da autoria pedagógica; a naturalização da não participação na formulação das políticas educacionais; a restrição dos espaços coletivos de formação e de debates com os pares; a desqualificação social do papel docente [...] (p.34).

Alguns desses pontos, como a crença de que o papel dos professores é de transmissor de conteúdos já nos é apontada pela Revista Veja. Compreendemos assim, que essas ideias também devem ser trazidas para as discussões, pois ressaltam as vozes e experiência dos sujeitos da escola e nos colocam a refletir sobre os impactos da proposta para a escola. Alheio a essa perspectiva, os textos analisados, possibilitam a interpretação de um currículo comum para todo país que aponta para uma noção de ofertar as mesmas oportunidades de aprendizagem - não se explica mais sobre o termo-, com o poder de colocar o país em nível de competir nos rankings de educação. A BNCC é assim, apontada como sendo o primeiro passo para atingir a qualidade na educação - também não especificam o que constitui qualidade na educação.

Apontadas essas impressões iniciais que surgiram durante o processo de estudo do *corpus* da pesquisa, é possível iniciar as análises tendo como base a categoria visões de currículo. Nessa categoria, buscamos perguntar aos textos a todo momento - o que essa informação nos diz sobre currículo? Como essa pergunta não foi feita oficialmente a Revista Veja, optamos por trabalhar com a ideia de visões, por compreendermos que a análise é uma interpretação parcial do pesquisador, sendo assim, não há uma única leitura, ou interpretação dos textos. Dessa maneira, os textos nos apontam visões, indícios do que a Revista compreende como sendo Currículo, o que nos levará a um entendimento de como a revista apresentou a BNCC.

De início, algo que nos chamou atenção é que três publicações apresentam a legislação em que a construção e implementação da BNCC se ancora:

[BNCC] Este currículo, essencial para o aprimoramento do ensino básico, em toda a rede de escolas, públicas e privadas, está previsto desde a promulgação da Constituição, em 1988. Foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases, mas só agora consegue-se implementá-lo. (Editorial do Globo: Blindar o currículo básico contra erros e ‘contrabandos’, Por Augusto Nunes, 11 jan., 2016).

Este mesmo trecho é trazido ao final das publicações e nomeado de articulação. Podemos inferir assim, que há uma necessidade de legitimar a construção e implementação da BNCC no país com base na legislação em vigor.

Outra ideia bastante presente nas publicações é de que o processo de construção da Base se constitui enquanto um esforço da sociedade, enquanto processo que recebeu muitas sugestões, como o título de uma publicação aponta; **“Base Nacional recebe 12 milhões de sugestões, por Redação, 23 de março de 2016”**. Corroboramos Schütz (et al. 2016), que é preciso um olhar minucioso sobre o discurso de protagonismo nas discussões da BNCC, pois isso pode nos imobilizar, no sentido de acharmos que “os especialistas” estão pensando o currículo e então nos colocarmos de fora do processo ou, por outro lado, esse fator pode nos impulsionar a participar.

Quando lançamos nosso olhar sobre a forma como a revista aborda o currículo, percebemos que é feita uma representação de forma simplificada, como se o currículo fosse uma espécie de produto de consumo que é passível de aplicação e que é composto somente por conteúdos a serem “aplicados” de forma gradual, por meio das disciplinas:

O currículo escolar funciona como um roteiro para a sala de aula, **demarcando o conhecimento que o professor deve passar ao aluno em cada disciplina, ano a ano**. É peça básica para estabelecer metas e ambições acadêmicas, um norte sem o qual se navega no escuro, ao sabor de crenças individuais **sobre o que a criança precisa saber**. (Um currículo para todos, por Cecília Ritto e Amanda Prado, 9 out, 2015, grifo nosso).

Podemos inferir também que a ideia de que o aluno “precisa saber” está relacionada com um imaginário de que o aluno assim é obrigado a aprender, que está intimamente ligada à compreensão de que se o aluno não aprender no tempo que foi terminado, os conteúdos que foram estipulados para sua faixa etária, a culpa é dele. Assim, a ideia de culpabilização dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso é recorrente e acaba por obscurecer as causas reais das desigualdades na aprendizagem que, não dizem respeito só a não ter acesso aos conhecimentos, mas também pelas condições em que esses acessos se dão, obscurece assim as relações de desigualdades.

A BNCC como um currículo pensado somente pela dimensão dos conteúdos é recorrente nas publicações e também remete a uma linearidade do processo de ensino e aprendizagem, como uma receita simples a ser seguida: um único currículo para o país com os mesmos conteúdos, o professor assim aplica, transmite, o aluno recebe o conteúdo e pronto:

O esforço agora deve ser para elevar o padrão da versão inicial do MEC, aberta a debate, e trabalhar para que não vire obra de ficção, **mas seja aplicada para valer pelos professores**. (Um currículo para todos, por Cecília Ritto e Amanda Prado, 9 out, 2015, grifo nosso).

Como outros países desenham seus currículos? Apegando-se ao conceito de progressão no ensino. Países como Canadá, Finlândia ou Austrália, bons exemplos nessa área, detalham o que ensinar e dão autonomia na escolha dos **modos de transmitir os saberes**. [Paula Louzano, doutora em política educacional pela Universidade Harvard]. (Jogamos o nível lá embaixo, Por Rita Loiola, 21 fev 2016, grifo nosso).

Compreendemos que o processo de ensino e aprendizagem é um - processo- não pode ser reduzido a uma receita que leva a uma ideia de culpabilização dos sujeitos caso os resultados não saem como esperado. O “resultado esperado” é pensado para ser genérico, coloca todos os alunos num mesmo patamar, dessa maneira as diferentes formas de aprender não são levadas em conta, as condições materiais para aprender muito menos. Além de uma estreita visão de currículo como sendo algo aplicável e que desconsidera os alunos como sujeitos ativos no processo, as notícias reforçam ainda a questão da responsabilização também, neste caso, do professor que é incumbido da responsabilidade pelo avanço da Educação e nesta perspectiva, caso haja retrocessos, a sociedade deve cobrar isso dos professores, como já nos alertaram Chizzotti e Ponce (2012). Ainda com relação a ideia de que o professor é aplicador de currículo, corroboramos de uma reflexão de Freire (1996) e que acreditamos fazer parte de uma dimensão do currículo que, “ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado” (p.12). Assim, compreendemos também que professores e alunos são sujeitos ativos no processo e capazes de pensar e construir currículo (MACEDO, 2016).

Também, como nos apontou Freitas (2014), o discurso dos apoiadores da Base, remetem a ideia de que a BNCC é uma chance para corrigir, para “desideologizar” o currículo, dando a impressão de que a mesma é um currículo neutro, sem marcas de interesses de nenhuma dimensão:

O atraso de quase 20 anos na definição de um currículo foi causado, na opinião de Paula, **por debates ideológicos que permeiam o tema**. “O governo sempre teve medo de determinar regras específicas para a educação, com o receio de soar autoritário e de comprar briga com professores”, diz. A consequência disso é que os documentos existentes hoje, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, **são pouco detalhados e não servem de base para saber o que as escolas brasileiras deveriam ensinar**. (Currículo nacional é o primeiro passo para educação avançar, por Bianca Bibiano 9 ago, 2014, grifo nosso).

O ministro da Educação, Mendonça Filho, paralisou as negociações para a implantação da Base Nacional Curricular. A ideia, segundo ele, é “**desideologizar**” o debate e rever alguns conceitos que estavam norteando os trabalhos. (MEC vai rever Base Nacional Curricular, Por Da Redação, 10 jun., 2016, grifo nosso).

Aloizio Mercadante [...] — garantiu **não haver chance de um viés ideológico se impor no currículo**. Que assim seja. O próprio Mercadante está ciente do problema, já de conhecimento do antecessor, Renato Janine Ribeiro. [...] Existe, como até poderia ser esperado, **a infiltração ideológica no currículo** de História, disciplina permeável a **esse tipo de manobra de militantes**. Assim como **há registros recorrentes dessa contaminação** em livros ditos didáticos e na formulação de exames. (Editorial do Globo: Blindar o currículo básico contra erros e ‘contrabandos’, por Augusto Nunes, 11 jan., 2016, grifo nosso).

A partir dessas ideias, há possibilidade de construção de uma crença de que o currículo se constitui de neutralidade, algo que é somente conteúdo, que está fortemente ligado à ideia de um currículo linear que precisa ser muito detalhado em seus conteúdos para “garantir um avanço na educação”. Sem que isso nos leve a questionar sobre uma dimensão de poder dentro do currículo que é, sobre quem determina que conhecimento é importante e para quem. Compreendemos também que, os sujeitos do contexto escolar não parecem ser considerados nesse currículo linear, onde não há disputa de interesses. A forma como é representada a BNCC na Revista também está expressando uma visão de currículo, de sujeitos, de sociedade e os interesses em um “formato de currículo”.

A partir desse contexto, compreendemos currículo enquanto elemento incapaz de neutralidade, não cabe neutralidade em um currículo, pois o mesmo é constituído por escolhas que são guiadas por experiências e interesses, também é constituído de vozes e silenciamentos, marcado, muitas vezes, pela segmentação dos conhecimentos, assim o currículo escolar é constituído por um emaranhado de relações complexas que permeiam as dimensões de ensino e aprendizagem (SCHÜTZ et al. 2016).

Outro elemento que emergiu fortemente do *corpus* da pesquisa, é a ideia de glorificar as experiências internacionais, que a Revista reforça trazendo a Finlândia e outros países como exemplo no quesito educação e currículo, fazendo comparações com o Brasil que não cabem devido aos diferentes contextos; políticos, econômicos, culturais, sociais. O país ganhou foco em duas publicações da Revista, a partir do recorte desta pesquisa, uma intitulada de; “Finlândia atualiza currículo nacional para dar mais autonomia aos professores, publicada pela Redação em 30 mar, 2016 e a outra, “A

Finlândia tem muito a ensinar, por Monica Weinberg de Helsinque, em 19 jun, 2015. Lançando um olhar sobre os títulos das notícias já é possível perceber o lugar de excelência que país ganha através da Revista, o país ainda é referenciado em outras publicações, como a seguinte:

Como outros países desenham seus currículos? Apegando-se ao conceito de progressão no ensino. **Países como Canadá, Finlândia ou Austrália, bons exemplos nessa área**, detalham o que ensinar e dão autonomia na escolha dos modos de transmitir os saberes. [Paula Louzano, doutora em política educacional pela Universidade Harvard]. (Jogamos o nível lá embaixo, Por Rita Loiola, 21 fev 2016, grifo nosso).

Paula Louzano, [professora da Universidade de São Paulo] analisou o currículo de países como Finlândia, Portugal, Austrália, Estados Unidos e Cuba para saber **como o processo de implantação funcionou** em cada um deles. “A seu modo, todas essas nações **conseguiram driblar as diferenças na oferta de ensino estabelecendo padrões mínimos de qualidade** que permitiram aos pais e professores **conferir se os estudantes avançavam no ritmo esperado**” (Currículo nacional é o primeiro passo para educação avançar, por Bianca Bibiano 9 ago, 2014, grifo nosso).

Aqui também é possível uma reflexão sobre a necessidade de controle de diferentes dimensões sobre o currículo, assim corroboramos Barcellos (2016) que a ideia de que a BNCC possibilita “uniformizar conhecimentos, servir como instrumento de avaliação/ medição e controle por parte dos professores, agências, responsáveis e sociedade (SÜSSEKIND, 2014 apud BARCELLOS, 2016, p. 2017). Não há uma preocupação por parte do texto da notícia em explicar o que seriam “padrões mínimos de qualidade” e a ideia de um currículo que é capaz de gerar processos para medir, conferir “se os estudantes avançaram no ritmo esperado”. Nessa perspectiva, o currículo se torna um instrumento com poder de controlar o que é desenvolvido no contexto da escola, mais precisamente conferir o que os alunos estão recebendo de conteúdo, conferir o trabalho do professor.

A partir da aproximação com os autores, a crítica que nos parece mais evidente nas discussões acerca da BNCC é com relação a Base constituir uma formação conteudista, voltada para qualificar os sujeitos para o mercado de trabalho e que então esse movimento vai de encontro ao defendido por um projeto de sociedade mais justo que deveria pensar a formação integral dos sujeitos e não somente de habilidades como aponta a Revista:

[Referência ao encontro em Genebra sobre o currículo do século XXI] Houve consenso de que **é preciso preservar os conteúdos essenciais, ter coragem para eliminar o resto** e dar lugar na escola ao **desenvolvimento de habilidades requeridas no mercado de trabalho**, como resiliência, capacidade de produzir em equipe, comunicação, abertura ao risco, criatividade. (A Finlândia tem muito a ensinar, Por Monica Weinberg de Helsinque, 19 jun, 2015, grifo nosso).

Para além da questão de formação reduzida a desenvolvimento de habilidades para responder às necessidades do mercado, a Revista aponta para a noção de seleção do que chama de “conteúdos essenciais”. A partir dessa perspectiva, corroboram com o discurso de que existem conhecimentos, conteúdos essenciais os ditos mais importantes que nos arriscamos a inferir que são Matemática, raciocínio lógico e português e - o que chamam de resto. E nos fica o questionamento; o que será que constitui - o resto - em um currículo? Com isso, as notícias também colocam em xeque a representação de uma BNCC como neutra, a partir do momento que apontam alguém, ou um coletivo (empresários, políticos, fundações...) que pensam quais conhecimentos são importantes e para que eles servem e os que não são importantes, a partir de uma determinada visão de formação, ficam de fora do currículo.

Resgatando a comparação que a revista apresenta entre o Brasil e países como a Finlândia, é possível inferir que a forma como o texto é apresentado guia para uma ideia de atraso, de que nosso país está atrasado frente à Finlândia:

Currículo brasileiro – **Enquanto** a Finlândia reforma seu currículo, o Brasil lançou no fim do ano passado a primeira proposta de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que pretende **estabelecer os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes devem adquirir** na educação básica. (Finlândia atualiza currículo nacional para dar mais autonomia aos professores, por Da Redação, 30 mar. 2016, grifo nosso).

É possível perceber no trecho seguinte que a ideia de atraso é trazida de outra maneira e também fica um apontamento à ideia de que a Base estava sendo esperada e “até que enfim” está em pauta, o que também nos permite inferir o apoio da Revista à iniciativa de construção de uma BNCC:

Com décadas de atraso, o Brasil terá enfim um currículo nacional com metas para 100% das escolas do país. Se os professores o aplicarem, poderá ser um grande avanço. (Um currículo para todos, por Cecília Ritto e Amanda Prado, 9 out, 2015, grifo nosso).

Já no trecho a seguir, para legitimar o processo de implementação de uma

BNCC no país, a notícia opera de forma a não reconhecer os currículos que já são elaborados e vividos no contexto das escolas:

E o Brasil nisso? Bem, enquanto países como Finlândia e Austrália, outro caso de sucesso, revisam seu currículo a cada dez anos e a Coreia do Sul já cravou a sétima edição do seu, **o Brasil não tem nenhum**. (A Finlândia tem muito a ensinar, Por Monica Weinberg de Helsinque, 19 jun, 2015).

Com relação ao currículo, a frase “o Brasil não tem nenhum”, é generalizante e desconsidera os currículos pensados e vividos nos contextos das escolas brasileiras, desconsidera que currículo está para além da seleção dos conteúdos e do livro didático. Ainda reforça uma ideia de crise da educação a que os apoiadores da Base sustentam para legitimar a ideia de necessidade de uma BNCC como forma de corrigir tal crise. Consideramos assim que, a proposta da BNCC vai de encontro ao que preconiza a concepção de justiça curricular que é:

[...] o resultado da análise do currículo que é elaborado, colocado em ação, avaliado e investigado levando em consideração o grau em que tudo aquilo que é decidido e feito em sala de aula respeita e atende às necessidades e urgências de todos os grupos sociais; ajuda-lhe a ver, analisar, compreender e julgar a si próprios como pessoas éticas, solidárias, colaborativas e corresponsáveis por um projeto de intervenção sociopolítica mais amplo destinado a construir um mundo mais humano, justo e democrático (TORRES SANTOMÉ, 2013, p. 9 apud PONCE, 2016, p.1145).

A Revista, poderia, por exemplo, trazer em suas informações, como uma Base Nacional Comum Curricular responde “às necessidades e urgências de todos os grupos sociais”? Como os processos de avaliação em Larga escala ajudam a investigar e avaliar os processos a partir de tudo o que é vivido em sala de aula? Partindo do pressuposto da justiça curricular, não é possível falar de uma BNCC para o todo o país sem cometer silenciamentos e injustiças, não é possível falar em justiça curricular quando se compreende o professor enquanto aplicador de conteúdos e os alunos enquanto receptores do mesmo, pois essas questões estão ligadas ao projeto de sociedade que se pretende construir e interesses de uma pequena parcela da sociedade que se pretende privilegiar. Do mesmo modo que, falar em “mesmas oportunidades de aprendizagens” só contribui para reforçar um imaginário de que todos os sujeitos do contexto escolar possuem as mesmas condições:

Por que isso é importante? O currículo comum é uma tentativa de **garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de**

aprendizagem. O Brasil ainda não possui um currículo escolar unificado, que determine o que e em que momento os conteúdos devem ser ensinados a estudantes do ensino básico. (Currículo nacional é o primeiro passo para educação avançar, por Bianca Bibiano 9 ago, 2014).

Para essa informação trazida pela revista, as seguintes indagações são pertinentes; “há igualdade de oportunidades para os estudantes que frequentam escolas de chão de barro, sem cadernos ou condições estruturais e aqueles estudantes com acesso a recursos tecnológicos digitais, salas de aula climatizadas?” (SCHÜTZ, 2016 et al, p.7). Compreendemos assim, que não é possível falar em igualdade de oportunidade sem pensar essas questões estruturais. Não se pode fingir que as diferentes realidades e contextos não fazem parte da escola, não fazem parte do currículo. Assim, a forma como a Base é retrata reforça um projeto de sociedade que objetiva a manutenção das relações de desigualdades e não que busca igualdade de oportunidade e respeito aos sujeitos do contexto escolar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retrato da BNCC na Revista Veja é de um currículo que tem sua legitimidade com base na legislação em que se apoia e que tem seu processo representado de forma participativa por parte da sociedade. Para além disso, a BNCC foi retratada enquanto currículo que é produto, passível de ser aplicado pelos professores para atingir resultados esperados.

Os professores nesse retrato, são representados como aplicadores de currículo - que, se forem bons aplicadores, é possível o avanço da educação. Nessa mesma perspectiva, os alunos, são considerados enquanto meros receptores de conteúdos que, se os aplicadores se saírem bem, terão as mesmas oportunidades de aprendizagem, haja vista, que “receberão” os mesmos conteúdos. Dessa maneira, a revista não reconhece em suas notícias os currículos, em constante construção, avaliação e vividos nas e pelas escolas.

Assim, partir de nossas análises, foi possível perceber que a BNCC encontra apoio na mídia, e que algumas contradições vão surgindo nesse retrato. Como apontamos com relação a representação de uma BNCC como sendo neutra, sem marcas de interesses, quando as notícias apontam que há um exercício para realizar uma seleção de conteúdos, onde uns são mais relevantes que outros. Com isso, entendemos que selecionar é uma forma de exercício de poder, que se insere em um contexto, movida por interesses, dessa maneira, uma BNCC se constitui de interesses e por isso a neutralidade não é possível. A partir desse cenário, também é possível inferir que o currículo é um campo de disputas onde há intenção de legitimar conhecimentos, conteúdos, habilidades, competências e onde há também movimentos de resistências e de contraponto que não ganham espaço de diálogo nas notícias da Revista.

Consideramos também que o retrato de um currículo nacional, homogêneo que afirma a oferta de mesmas oportunidades de aprendizagens, não consegue alcançar os diversos contextos, sociais, econômicos e culturais do nosso país.

Assim, compreendemos que proposta de uma Base Nacional Comum Curricular para o Brasil diz respeito a uma mudança profunda na instituição escolar que, não diz respeito somente aos conhecimentos que os alunos terão acesso, mas sim de legitimação de um projeto de formação, um projeto de sociedade que se pretende construir que se volta para responder às necessidades do mercado e gerar “bons índices”.

Temos a clareza de que o retrato da BNCC na Revista Veja não é desinteressado,

mas sim faz parte de um contexto maior que se constitui de crença e interesses que estão ligados a questões políticas, econômicas e sociais que respondem a um determinado projeto de sociedade que se pretende manter.

Este não é um estudo que se encerra aqui, pois compreendemos que é preciso expandir e aprofundar este tema para outras questões, como por exemplo, a BNCC enquanto política curricular e suas implicações na educação brasileira, o contraponto do tema com outras mídias. Com isso, iniciamos um estudo que pode ser o ponto inicial para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. Sobre a possibilidade e a necessidade Curricular de uma Base Nacional Comum. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. p. 1480 – 1511, out./dez. 2014.

BARCELLOS, A. P. Sobre os processos de tessitura dos currículos no ensino médio: as marcas das negociações, das experiências e dos hibridismos vividos nos cotidianos. **E-book** das comunicações orais da 12ª Reunião Científica Regional Sudeste da ANPED: Universidade Federal do Espírito Santo, p. 2006- 2025. 2016.

BARRETO, R. G. Entre a base nacional comum curricular e a avaliação: a substituição tecnológica no ensino fundamental, **Educação e Sociedade**. vol.37, n.136, p. 775-791. 2016.

BRASIL. Ofício n.º 01/2015/GR de 9 de novembro de 2015. **Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED-GT12); Associação brasileira de Currículo (ABdc). Rio de Janeiro. 2015.

CHIZZOTTI, A.; PONCE, B. J.; O Currículo e os Sistemas de Ensino no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 3, p.25-36, Set/Dez. 2012.

CIARDELLA, T. M. Campos de experiência no currículo da educação infantil: um espaço a ser ocupado. **Anais...** da 12ª Reunião Científica Regional Sudeste. Associação Nacional e Pesquisa e Pós-Graduação Em Educação-ANPED. Universidade Federal do Espírito Santo: Espírito Santo, p. 1930-1947. 2016.

CONSTANTE, S. L. F. Entre as Possibilidades De Transgressão Dos Muros Escolares E As Grades De Uma Base Nacional Comum Curricular. **Anais...** da 21ª Reunião Regional da ANPED Sul. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, p. 1-15. 2016.

CÓSSIO, M. de F. Base Comum Nacional: uma discussão para além do currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1570 – 1590, out./dez. 2014.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez. 1994.

CUNHA, K. S.; SILVA, J. de P. da. Sobre base e bases curriculares nacionais comuns: de que currículo estamos falando? **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.04, p. 1236-1257 out./dez. 2016.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho/dezembro, p. 41-69. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática da autonomia. 25ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.** vol.35 n.129. Campinas out./dez, p-1085-1114. 2014.

GARCIA, A.; FONTOURA, H. A. da. “Guarda isso porque não cai na provinha”: pensando processos de centralização curricular, sentidos de comum e formação docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13, n.04, p. 751 -774 out./dez. 2015.

GONÇALVES, R. M.; PEIXOTO, L. F. Em defesa dos currículos praticados pensados nos cotidianos escolares. **Anais...** da 1ª Reunião Regional da ANPEd Norte. Universidade Federal do Pará Belém do Pará, p. 2009-2021. 2016.

MACEDO, E. Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educ. rev.** 2016, vol.32, n.2, p.45-68. 2016.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-curriculum.** v. 12, n. 03 p.1530 - 1555. out./dez. 2014.

MACEDO, R. S.; NASCIMENTO, C. O.; GUERRA, D. M. Heterogeneidade, Experiência e Currículo: Contrapontos à ideia de Base Comum Nacional e à vontade de Exterodeterminação da Formação. **Revista e-curriculum.** Vol. 12, nº3, p. 1556-1569. 2014.

MACHADO, R. B.; LOCKMAN, K. Base Nacional Comum, Escola, Professor. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1591 - 1613 out./dez. 2014.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação:** Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v.12, n.1, p.117-128, 2006.

NERI, M. M. Textualizações do Político na Mídia: uma leitura discursiva da Revista Veja. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar; São Carlos, São Paulo, 2011.

PARO, V. H. A Gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, L. H. da; (Org). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, p. 300-307. 1998.

PEREIRA, F. de B. A constituição de uma base nacional comum ou de uma base comum nacional? **Pôsteres**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, p. 1-6. 2015.

PONCE, Branca Jurema. O Tempo no Mundo Contemporâneo: o tempo escolar e a justiça curricular. **Educação e Realidade**. vol.41, n.4, pp.1141-1160. 2016.

SCHÜTZ, M. C. F. H.; CERVI, G. M.; PEREIRA, L. A. Práticas discursivas sobre a Base Nacional Comum Curricular: relações de poder-saber. **Anais...** 21ª Reunião Regional ANPEd Sul.Universidade Federal do Paraná: Curitiba, p. 1-16. 2016.

SÜSSEKIND, M. L. As (im) possibilidades de uma Base Comum Nacional. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1512 - 1529 out./dez. 2014.